



**DCTA** – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

CONCURSO PÚBLICO

## **001. PROVA OBJETIVA**

### **ASSISTENTE EM C&T ASSISTENTE 1 (ADMINISTRAÇÃO)**

CÓD. 001, 002 E 003

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito de sua carteira.
- ◆ Após transcorridos 75% do tempo de duração da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

### *Celular vira 'fura-trânsito' em São Paulo*

Em uma cidade com tantos problemas no trânsito como São Paulo, a indústria de apps – os aplicativos para celulares e *tablets* – encontrou terreno fértil para se desenvolver.

Aplicativos lançados recentemente ajudam o motorista a escapar de alagamentos, a desviar de congestionamentos e até a saber onde há vagas para estacionar.

Um dos mais famosos é o Waze. Criado em Israel, é uma mistura de rede social com GPS, em que motoristas compartilham as condições do trânsito e pontos críticos de congestionamento.

Uri Levine, fundador e presidente do Waze, diz que a ideia surgiu em suas férias de 2007, ao viajar com amigos. Ele foi o último a sair, ligou para saber como estava o trânsito e evitou engarrafamentos.

Situação semelhante ocorreu em São Paulo, na temporada de chuvas de 2010. Noel Rocha trabalhava no centro e precisava passar pelo túnel do Anhangabaú – famoso pelos alagamentos.

Preso no trânsito, ele queria saber se o túnel estava fechado. “Tentei, pelo celular, o site do CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências), mas achei muito complicado.” Foi aí que teve a ideia de criar o Alaga SP, aplicativo que mostra os alagamentos ativos em São Paulo a partir de informações da prefeitura.

Além do Waze e do Alaga SP, destacam-se o Moovit – que oferece informações sobre o transporte público (ônibus, trens etc.) –, o Maplink – que mostra rotas, condições de trânsito e exibe imagens dos principais corredores através de um sistema de coleta de informações próprio – e o Apontador Rodoviário, que traça rotas e mostra a localização de pedágios com seus preços.

(André Monteiro, *Folha de S.Paulo*, 10.03.2013. Adaptado)

01. Os aplicativos mencionados no texto têm, em comum, a finalidade de
- (A) oferecer aos usuários opções para contornarem os problemas no trânsito.
  - (B) substituir os órgãos públicos na fiscalização do tráfego de veículos.
  - (C) auxiliar os pedestres e acabar com os atropelamentos nas grandes cidades.
  - (D) orientar os motoristas que desconhecem as principais leis de trânsito.
  - (E) reduzir o número de carros por habitante na cidade de São Paulo.
02. Uri Levine e Noel Rocha idealizaram os aplicativos Waze e Alaga SP, respectivamente, a partir
- (A) da conversa com amigos que reclamavam do trânsito.
  - (B) de suas experiências concretas como motoristas.
  - (C) de situações em que se viram presos em engarrafamentos.
  - (D) da impossibilidade de viajar devido a alagamentos.
  - (E) da cópia de aplicativos idênticos que faziam sucesso no mercado.

03. “Quando paro com meu carro no semáforo, já olho se o caminho que vou fazer está congestionado. Se estiver, pego uma alternativa e, se também estiver travada, uso o aplicativo para avisar os outros motoristas.”

Considerando as descrições dos aplicativos apresentadas no texto, pode-se concluir que esse comentário se refere ao uso do

- (A) Waze.
- (B) Alaga SP.
- (C) Moovit.
- (D) Maplink.
- (E) Apontador Rodoviário.

04. Leia o primeiro parágrafo:

Em uma cidade com tantos problemas no trânsito como São Paulo, a indústria de apps – os aplicativos para celulares e *tablets* – encontrou **terreno fértil** para se desenvolver.

A expressão **terreno fértil** pode ser substituída, sem alteração da mensagem, por

- (A) necessidade restrita.
- (B) cenário conturbado.
- (C) condições propícias.
- (D) ferramentas exóticas.
- (E) momento contraditório.

05. Observe a passagem do terceiro parágrafo:

Criado em Israel, é uma mistura de rede social com GPS, em que motoristas compartilham as condições do trânsito e pontos **críticos** de congestionamento.

O termo **críticos**, em destaque, é empregado com o sentido de

- (A) distintos.
- (B) provisórios.
- (C) sugestivos.
- (D) problemáticos.
- (E) analíticos.

06. A frase do quarto parágrafo – Ele foi o último a sair, ligou para saber como estava o trânsito e evitou engarrafamentos. – está reescrita, sem alteração de sentido, em:

Ele foi o último a sair, ligou para saber como estava o trânsito e,

- (A) assim, evitou engarrafamentos.
- (B) contudo, evitou engarrafamentos.
- (C) embora, evitou engarrafamentos.
- (D) porém, evitou engarrafamentos.
- (E) entretanto, evitou engarrafamentos.

07. Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna da frase, de acordo com a norma-padrão da língua.

Noel Rocha desejava certificar-se \_\_\_\_\_ que o túnel Anhangabaú não estava interditado.

- (A) a
- (B) em
- (C) sobre
- (D) com
- (E) de

08. Assinale a alternativa em que a frase – O Alaga SP mostra os alagamentos ativos a partir de informações da prefeitura. – está corretamente reescrita, no que se refere às regras de pontuação do português padrão.

- (A) O Alaga SP mostra a partir de informações da prefeitura, os alagamentos ativos.
- (B) O Alaga SP mostra, a partir de informações da prefeitura os alagamentos ativos.
- (C) O Alaga SP a partir de informações da prefeitura, mostra os alagamentos ativos.
- (D) O Alaga SP, a partir de informações da prefeitura mostra os alagamentos ativos.
- (E) A partir de informações da prefeitura, o Alaga SP mostra os alagamentos ativos.

Leia o texto para responder às questões de números 09 a 11.

*Médico alerta que uso de celular ao volante tem risco*

Apesar dos inúmeros benefícios dos aplicativos, especialistas alertam para os riscos de se usar o celular ao volante.

“O motorista precisa de atenção, concentração, respostas motoras rápidas. Equipamentos como o celular prejudicam em muitos fatores”, diz Dirceu Rodrigues Alves Júnior, diretor da Abramet (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego).

Além do perigo, a prática é proibida pelo Código de Trânsito. Usar o celular rende multa de R\$ 85,13 e 4 pontos na carteira de habilitação.

(André Monteiro, *Folha de S.Paulo*, 10.03.2013. Adaptado)

09. Assinale a alternativa que completa corretamente a reescrita do título, a seguir, sem alteração de sentido.

Médico alerta que uso de celular ao volante é

- (A) arrazoado.
- (B) perigoso.
- (C) irrestrito.
- (D) destemido.
- (E) intrigante.

10. A partir das informações do segundo parágrafo, pode-se concluir que o uso do celular provoca, no motorista,

- (A) sonolência.
- (B) distração.
- (C) tédio.
- (D) impaciência.
- (E) irritabilidade.

11. Observe a passagem do último parágrafo:

Além do perigo, a prática é proibida pelo Código de Trânsito. Usar o celular rende multa de R\$ 85,13 e 4 pontos na carteira de habilitação.

Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação condizente com as informações dessa passagem.

- (A) O uso do celular ao volante é infração sujeita a penalidade.
- (B) Ao dirigir, é possível manusear o celular, desde que com cuidado.
- (C) O celular figura como um grande aliado dos motoristas.
- (D) A direção e o uso do celular, simultaneamente, são ações aceitáveis, que requerem cautela.
- (E) O uso do celular ao volante é permitido quando o assunto a ser discutido for importante.

12. Assinale a alternativa que completa a frase com um antônimo para o termo em destaque.

Apesar dos inúmeros **benefícios** dos aplicativos, especialistas alegam que usar o celular ao volante também pode trazer muitos

- (A) debates.
- (B) imprevistos.
- (C) prejuízos.
- (D) efeitos.
- (E) reparos.

13. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Muitos motoristas, em São Paulo, dirige falando ao celular.
- (B) Equipamentos como o celular devem ser evitado por muitos fatores.
- (C) Todos os anos, é aplicado milhares de multas pelo uso do celular ao volante.
- (D) Motoristas em todo o país já tiveram suas habilitações suspensas devido ao uso do celular.
- (E) As multas e os pontos na habilitação são recursos que, de modo geral, reduz o número de infrações.

14. Considere a charge, em que os juros são representados pelo símbolo de porcentagem, numa ponta da gangorra, e a inflação, pelo dragão, na outra ponta.

Para sua interpretação, não é necessário ter conhecimento de economia, basta atentar para a alternância entre juros e inflação sugerida pela gangorra.



(Alves, *Folha de S. Paulo*, 03.04.2013)

A charge sugere que

- (A) os juros baixos contribuem para deixar a inflação alta.
- (B) a inflação alta permite que os juros permaneçam altos.
- (C) os juros baixos são fundamentais para deixar a inflação baixa.
- (D) a inflação deverá permanecer alta se os juros subirem.
- (E) os juros deverão ficar inalterados se a inflação baixar.

Leia o texto para responder às questões de números 15 a 17.

#### *Férias na Ilha do Nanja*

Meus amigos estão fazendo as malas, arrumando as malas nos seus carros, olhando o céu para verem que tempo faz, pensando nas suas estradas – barreiras, pedras soltas, fissuras\* – sem falar em bandidos, milhões de bandidos entre as fissuras, as pedras soltas e as barreiras...

Meus amigos partem para as suas férias, cansados de tanto trabalho; de tanta luta com os motoristas da contramão; enfim, cansados, cansados de serem obrigados a viver numa grande cidade, isto que já está sendo a negação da própria vida.

E eu vou para a Ilha do Nanja.

Eu vou para a Ilha do Nanja para sair daqui. Passarei as férias lá, onde, à beira das lagoas verdes e azuis, o silêncio cresce como um bosque. Nem preciso fechar os olhos: já estou vendo os pescadores com suas barcas de sardinha, e a moça à janela a namorar um moço na outra janela de outra ilha.

(Cecília Meireles, *O que se diz e o que se entende*. Adaptado)

\*fissuras: fendas, rachaduras

15. No primeiro parágrafo, ao descrever a maneira como se preparam para suas férias, a autora mostra que seus amigos estão
- (A) serenos.
  - (B) descuidados.
  - (C) apreensivos.
  - (D) indiferentes.
  - (E) relaxados.

16. De acordo com o texto, pode-se afirmar que, assim como seus amigos, a autora viaja para

- (A) visitar um lugar totalmente desconhecido.
- (B) escapar do lugar em que está.
- (C) reencontrar familiares queridos.
- (D) praticar esportes radicais.
- (E) dedicar-se ao trabalho.

17. Ao descrever a Ilha do Nanja como um lugar onde, “à beira das lagoas verdes e azuis, o silêncio cresce como um bosque” (último parágrafo), a autora sugere que viajará para um lugar

- (A) repulsivo e populoso.
- (B) sombrio e desabitado.
- (C) comercial e movimentado.
- (D) bucólico e sossegado.
- (E) opressivo e agitado.

18. Assinale a alternativa em que o pronome está posicionado em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) As crianças não dispuseram-se a fazer suas malas.
- (B) Ninguém recusou-se a arrumar as malas no carro.
- (C) Meus amigos dedicaram-se a deixar a casa em ordem.
- (D) Hoje os motoristas nem irritaram-se uns com os outros.
- (E) Nada apresentou-se como um empecilho para a viagem.

19. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Quero ir à esta praia que vi no seu álbum de fotografias; onde fica?
- (B) Os namorados foram à alguma praia do litoral norte de São Paulo.
- (C) Minha família foi à uma cidadezinha no interior de Santa Catarina.
- (D) A moça desejava ir à famosa Ilha de Itamaracá, em Pernambuco.
- (E) Eu quero ir à qualquer lugar de onde possa ver o mar.

20. Considere a tira.



(Angeli, *Folha de S.Paulo*, 30.03.2013)

É correto afirmar que são descritos a partir do mesmo padrão lógico os personagens

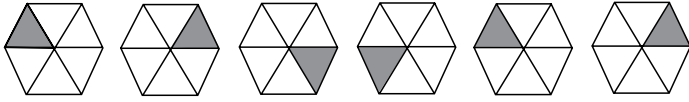
- (A) Tricha, Kid e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir de suas preferências musicais.
- (B) Tricha, Rafa e Kid, pois apenas esses três são caracterizados a partir das atividades que realizam.
- (C) Tricha, Rafa e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir dos lugares que frequentam.
- (D) Rafa, Kid e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir da maneira como se vestem.
- (E) Rafa, Kid e Otto, pois apenas esses três são caracterizados a partir de detalhes relativos às suas idades.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

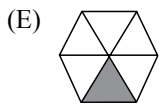
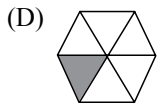
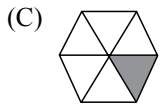
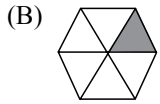
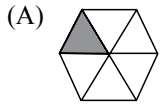
21. Meu carro saiu do conserto hoje, quinta-feira. O mecânico pediu para voltar daqui a 90 dias para fazer uma revisão. Esse dia será em uma
- (A) segunda-feira.
  - (B) terça-feira.
  - (C) quarta-feira.
  - (D) quinta-feira.
  - (E) sexta-feira.
22. Em uma loja, os vendedores estavam conversando sobre a comissão que receberam no mês anterior. Sabe-se que um dos vendedores recebeu uma comissão bem maior que os demais e que
- Ana vendeu menos que Pedro.
  - Pedro e Laura venderam o mesmo valor.
  - Luís vendeu mais que Ana.
  - Bete vendeu menos que Laura.
- Pode-se dizer que quem recebeu a maior comissão foi
- (A) Luís.
  - (B) Bete.
  - (C) Pedro.
  - (D) Laura.
  - (E) Ana.
23. Observe a sequência numérica.
- |   |   |   |   |   |   |   |    |  |  |  |
|---|---|---|---|---|---|---|----|--|--|--|
| 0 | 1 | 2 | 2 | 3 | 5 | 8 | 12 |  |  |  |
|---|---|---|---|---|---|---|----|--|--|--|
- Esta foi composta por uma regra, a partir do 4.º número. Admitindo-se que a regra de formação permaneça a mesma, pode-se afirmar que os três números que completam essa tira são
- (A) 21, 34 e 55.
  - (B) 17, 24 e 32.
  - (C) 17, 23 e 30.
  - (D) 13, 21 e 34.
  - (E) 13, 15 e 18.
24. Rafael é mais baixo que Felipe. André é mais alto do que Felipe. Rafael é mais alto do que Ciro. Logo:
- (A) Rafael é mais alto do que André.
  - (B) Felipe é mais baixo do que Ciro.
  - (C) André é mais baixo do que Rafael.
  - (D) Ciro é mais alto do que André.
  - (E) Felipe é mais alto do que Ciro.

25. Uma empresa oferecia vagas de emprego nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os candidatos pré-selecionados poderiam escolher um ou os dois estados em que tivessem interesse em trabalhar. Sabe-se que 26 pessoas escolheram São Paulo, 12 optaram pelos dois estados e 20 escolheram apenas um dos dois estados. O número de candidatos pré-selecionados foi
- (A) 32.
  - (B) 34.
  - (C) 40.
  - (D) 46.
  - (E) 58.
26. Em uma universidade, os laboratórios de Física, Química, Anatomia e Cenografia são dispostos lado a lado em um único corredor. Sabe-se que o laboratório de Química fica entre os laboratórios de Física e Cenografia. O laboratório de Cenografia fica entre os laboratórios de Física e Anatomia. Com essas informações, pode-se afirmar que o laboratório de
- (A) Anatomia fica entre os laboratórios de Física e Cenografia.
  - (B) Anatomia fica no meio do corredor.
  - (C) Cenografia fica entre os laboratórios de Química e Física.
  - (D) Física é o primeiro ou o último do corredor.
  - (E) Química é o primeiro do corredor.
27. Considere a seguinte afirmação: todos os filhos de Paulo têm mais de 55 quilos. Dessa afirmação, pode-se concluir que
- (A) se Fernando é filho de Paulo, então seu peso é inferior a 55 quilos.
  - (B) se o peso de Laura é menos que 55 quilos, então ela não é filha de Paulo.
  - (C) se o peso de Glória é mais que 55 quilos, então ela é filha de Paulo.
  - (D) Paulo tem mais que 55 quilos.
  - (E) o peso de Paulo é menos que 55 quilos.

28. Analise a sequência apresentada.



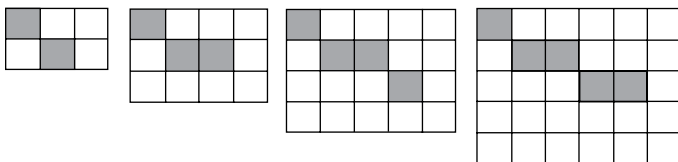
Considerando que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma, pode-se afirmar que a figura que ocuparia a 89.<sup>a</sup> posição dessa sequência é



29. Renata, Adriana e Virgínia são três gerações de uma mesma família. Uma delas é cantora, a outra é filósofa, e a mais nova, a neta, é professora. Adriana é a mais nova. Renata é a mais velha e não é cantora. Logo,

- (A) Renata é professora.
- (B) Virgínia é avó.
- (C) Renata é cantora.
- (D) Adriana é mãe.
- (E) Virgínia é cantora.

30. Observe a sequência de figuras.



1.<sup>a</sup> figura

2.<sup>a</sup> figura

3.<sup>a</sup> figura

4.<sup>a</sup> figura

Considere que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma. Pode-se afirmar que o número de quadrados brancos da 10.<sup>a</sup> figura será

- (A) 100.
- (B) 109.
- (C) 112.
- (D) 121.
- (E) 144.

## LEGISLAÇÃO

31. Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, segundo a Lei n.º 8.112/90, é a definição de
- (A) função pública.
  - (B) carreira.
  - (C) cargo público.
  - (D) serviço público.
  - (E) provimento.
32. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas, das vagas oferecidas no concurso, a Lei n.º 8.112/90 estabelece que serão reservadas até
- (A) cinco por cento das vagas.
  - (B) dez por cento das vagas.
  - (C) vinte por cento das vagas.
  - (D) trinta por cento das vagas.
  - (E) trinta e cinco por cento das vagas.
33. Assinale a alternativa correta a respeito da posse e do exercício do servidor público no regime jurídico da Lei n.º 8.112/90.
- (A) É vedada a posse por meio de procuração.
  - (B) O servidor entra em exercício no cargo no momento da edição do ato de provimento.
  - (C) O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de parcial dedicação ao serviço.
  - (D) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.
  - (E) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de cinco anos.
34. Conforme dispõe expressamente a Lei n.º 8.112/90, o retorno à atividade de servidor aposentado denomina-se
- (A) reversão.
  - (B) readaptação.
  - (C) desaposentação.
  - (D) reintegração.
  - (E) recondução.
35. Em uma repartição pública federal, servidor público que tenha o seu cônjuge sob sua chefia imediata, segundo o disposto na Lei n.º 8.112/90, caracterizará uma relação funcional
- (A) proibida por lei.
  - (B) permitida legalmente.
  - (C) permitida legalmente apenas se os cargos de ambos forem cargos em comissão.
  - (D) proibida por lei apenas se um dos cargos for cargo em comissão.
  - (E) permitida legalmente apenas se os cargos de ambos forem estatutários.
36. Conforme a Lei n.º 8.112/90, a exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-ão, entre outros casos,
- (A) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
  - (B) a juízo da autoridade competente.
  - (C) quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
  - (D) por pedido de demissão do próprio servidor.
  - (E) por pena aplicada em sindicância administrativa.
37. Licurgo, servidor público federal efetivo, foi condenado judicialmente em obrigação de reparar dano causado à Administração Pública por decisão da qual não mais cabe recurso. No entanto, antes de essa obrigação ser satisfeita, Licurgo veio a falecer. Nessa situação, portanto, a teor do que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, é correto dizer que
- (A) a obrigação de reparar o dano foi extinta por decorrência da morte de Licurgo.
  - (B) a Administração Pública terá a possibilidade de cobrar a quantia devida por Licurgo somente na hipótese de ele ter saldo de salários a receber do ente público.
  - (C) os herdeiros são responsáveis pelo débito de Licurgo, devendo responder com seus bens pessoais até o limite total da dívida do falecido.
  - (D) a dívida de Licurgo será quitada integralmente pelo seguro obrigatório a que tem direito todo e qualquer servidor público regido pela Lei n.º 8.112/90.
  - (E) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores de Licurgo e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de números 41 a 45 referem-se aos processos administrativos, Lei n.º 9.784/99.

38. Ateneu dos Santos, servidor público federal efetivo, foi legalmente convocado pela autoridade competente da Administração Pública para submeter-se à inspeção médica obrigatória. Contudo, Ateneu recusa-se, injustificadamente, a cumprir essa determinação. Nesse caso, pelos termos do que dispõe a Lei n.º 8.112/90, Ateneu

- (A) deverá ser dispensado da inspeção médica, uma vez que nenhum servidor pode ser obrigado a submeter-se à inspeção médica.
- (B) poderá ser punido com a demissão a bem do serviço público por descumprir ordem superior.
- (C) ficará sujeito à pena de advertência verbal e, se mesmo assim não cumprir com a ordem legal, deverá ser exonerado do seu cargo público.
- (D) será punido com suspensão de até quinze dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (E) será compulsoriamente afastado do cargo pelo seu superior hierárquico por tempo indeterminado, sem vencimentos, até que concorde em atender à convocação.

39. Pelo que estabelece a Lei n.º 8.112/90, considerando que não se operou a prescrição, a servidor já aposentado, que praticou, na atividade, falta punível com a demissão,

- (A) não mais poderá ser punido em razão de já estar na inatividade do serviço público.
- (B) poderá ter cassada sua aposentadoria.
- (C) sofrerá a pena de reversão.
- (D) será reintegrado ao serviço público e, em seguida, será demitido.
- (E) responderá criminalmente por fraude na aposentadoria.

40. No que tange à ação disciplinar regida pela Lei n.º 8.112/90, a regra legal é que o prazo de prescrição começa a correr da data

- (A) da citação do acusado.
- (B) da abertura do respectivo processo administrativo.
- (C) da portaria que instaurou o respectivo processo administrativo.
- (D) em que o fato se tornou conhecido.
- (E) do cometimento do ato delituoso.

41. São capazes, para fins de processo administrativo, os

- (A) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (B) maiores de dezesseis anos e menores de 18 anos, ressalvados os absolutamente incapazes.
- (C) maiores de dezesseis anos e menores de 18 anos, ressalvados os relativamente incapazes.
- (D) maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- (E) pródigos.

42. Embora os atos do processo devam realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo, há possibilidade de que sejam concluídos depois do horário normal os atos

- (A) produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (B) realizados preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.
- (C) já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.
- (D) já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao administrado.
- (E) já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao litigante.

43. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá

- (A) mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- (B) declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
- (C) confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.
- (D) mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.
- (E) motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

44. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, tem o prazo para decidir de
- (A) até 30 dias.
  - (B) até 60 dias.
  - (C) até 90 dias.
  - (D) 120 dias.
  - (E) 180 dias.
45. O interessado poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis, mediante
- (A) comprovada justificação judicial.
  - (B) manifestação escrita.
  - (C) impulsão do órgão responsável pelo processo.
  - (D) despacho motivado.
  - (E) decisão fundamentada.
46. O princípio que deve nortear a atuação da Administração Pública no sentido de produzir resultado de modo rápido e preciso de maneira que os resultados de suas ações satisfaçam, plenamente, as necessidades da população e que foi incluído ao texto constitucional após a sua promulgação é o da
- (A) Legalidade.
  - (B) Impessoalidade.
  - (C) Moralidade.
  - (D) Publicidade.
  - (E) Eficiência.
47. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da legislação pertinente que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, até
- (A) o limite do valor da herança.
  - (B) duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
  - (C) três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
  - (D) cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de trinta anos.
  - (E) cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
48. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente, com pena prevista de detenção de
- (A) 24 meses e perda da função pública.
  - (B) 36 meses, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
  - (C) 6 a 10 meses e multa, e além da sanção penal, o denunciante estará sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
  - (D) 12 a 18 meses e multa, e além da sanção penal, o denunciante estará sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
  - (E) 12 a 24 meses e multa, e além da sanção penal, o denunciante estará sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
49. A diferença entre anulabilidade e nulidade nos atos administrativos baseia-se, quase que exclusivamente, na possibilidade de
- (A) aplicação do princípio da demanda.
  - (B) confirmação da iniciativa da parte.
  - (C) vício da forma.
  - (D) convalidação.
  - (E) desvio de finalidade.

As questões de números **50** a **54** referem-se à Lei n.º 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

- 50.** Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja
- (A) interesse da administração.
  - (B) conveniência para a Administração.
  - (C) previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade.
  - (D) um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
  - (E) obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública.

**51.** Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- I. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- II. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- III. produzidos ou prestados apenas por empresas brasileiras que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. produzidos ou prestados apenas por empresas internacionais que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- V. produzidos no País.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I, II e III.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, II e V.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) III, IV e V.
- 52.** Nas contratações consideradas estratégicas em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei n.º 10.176, de 11 de janeiro de 2001, quando destinadas a
- (A) contratação de bens, serviços e obras.
  - (B) bens com desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.
  - (C) serviços com desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.
  - (D) obras com desenvolvimento e inovação tecnológica realizadas no País.
  - (E) implantação, manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação.

**53.** O procedimento licitatório previsto na Lei n.º 8.666/93 caracteriza ato

- (A) constitutivo.
- (B) administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- (C) administrativo formal, quando praticado, apenas, pela administração direta, fundos especiais, autarquias e fundações públicas.
- (D) administrativo formal, quando praticado, apenas, pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.
- (E) administrativo formal, quando praticado, apenas, pelas entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**54.** As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, devem ser previamente examinadas e aprovadas por (pela)

- (A) autoridade competente.
- (B) autoridade de nível superior a que estiverem vinculados os respectivos órgãos.
- (C) assessoria jurídica da Administração.
- (D) autoridade de nível superior a que estiverem vinculadas as respectivas sociedades.
- (E) autoridade a que estiverem vinculadas as respectivas entidades.

**55.** Aquele que, ao participar de uma licitação na modalidade de pregão, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de

- (A) até 2 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.
- (B) até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.
- (C) até 10 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.
- (D) até 3 anos.
- (E) até 10 anos.

56. Ao se determinar que o resultado de um certo projeto está atrelado à ausência de deficiências e que o produto/serviço se encontra de acordo com o projeto, enfoca-se o conceito de qualidade relativo a
- (A) valor.
  - (B) regularidade.
  - (C) adequação ao uso.
  - (D) efeito pigmalião.
  - (E) efeito halo.
57. A característica da era do controle estatístico da qualidade é indicada pela (pelos)
- (A) observação direta do produto ou serviço pelo fornecedor ou consumidor.
  - (B) produtos e serviços inspecionados um a um ou aleatoriamente.
  - (C) produtos e serviços definidos com base nos interesses do consumidor.
  - (D) observação de produtos e serviços durante o processo produtivo.
  - (E) produtos e serviços inspecionados com base em amostras.
58. O planejamento estratégico consiste em definir objetivos para lidar com as ameaças e oportunidades oferecidas pela (pelo)
- (A) ambiente da organização.
  - (B) modelo holístico.
  - (C) modelo mecanicista.
  - (D) modelo tradicional.
  - (E) missão alienatória.
59. A estrutura deliberadamente planejada e representada em alguns dos seus aspectos, pelo organograma, é denominada
- (A) formal.
  - (B) informal.
  - (C) de ambiente estável.
  - (D) de ambiente externo.
  - (E) de ambiente estrutural.
60. Um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam função específica é denominado
- (A) retroalimentação.
  - (B) entropia.
  - (C) controle e avaliação.
  - (D) sistema.
  - (E) processo de transformação.